

A análise da actual situação económico-social e política nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) não é simples. Por detrás de uma mesma língua, encontramos um grupo de países os quais, embora não constituindo um bloco homogéneo, apresentam um denominador comum: uma grave crise económica interna (desequilíbrios financeiros, desorganização dos circuitos comerciais, quebra das produções industrial e agrícola) e externa (défices no comércio externo e um endividamento externo em alguns casos próximo da insolvabilidade). O grau com que se manifestam estes problemas ou as causas que estão na sua origem variam, naturalmente, de país para país.

Neste artigo pretender-se-á abordar o caso específico da Republica Popular de Angola (RPA).

País de enormes potencialidades económicas, Angola tem vivido mergulhada numa grave crise económica e social. As metas definidas quanto ao seu desenvolvimento económico-social quer no I Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1977), quer nos 1 Congresso Extraordinário (1980) e II Congresso (1985) do Movimento Popular de Libertação de Angola — Partido do Trabalho (MPLA-PT) ficaram muito aquém do previsto. Daí que o recente Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), divulgado em 1987, marque uma primeira viragem do seu sistema económico cujo impacto nas esferas social, política e económica não serão desprezíveis. Interessará, assim, saber qual o percurso desta economia até a elaboração do SEF, quais as razões que conduziram ao seu aparecimento e o que se espera possa acontecer no futuro.

### **A situação económica africana**

As baixas performances económicas que caracterizam os Palop não são característica específica deste conjunto de países. A sua correspondência ao nível do continente é uma realidade que se tem vindo a agravar de ano para ano e o futuro parece não poder vir a ser encarado com o optimismo desejável.

Se no início de 1988 já a Comissão Económica para África (CEA) afirmava estar esse ano carregado de desafios, talvez mais do que os do ano precedente<sup>1</sup>, o ano de 1989 e de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), aponta no mesmo sentido: o presente ano *será* similar ao ano anterior devido aos efeitos dos baixos preços das matérias-primas exportadas, da elevada dívida externa e do reduzido afluxo de recursos financeiros externos<sup>2</sup>.

Embora a CEA e o BAD se mostrem pouco optimistas, a polémica estalou recentemente após a publicação, em Março de 1989, de um relatório do Banco Mundial/PNUD<sup>3</sup>.

De acordo com este, os resultados económicos em vários países da África Sub-Sahariana melhoraram, o futuro parece mais prometedor e a

situação mais fácil de gerir. Na sua conclusão, o relatório faz sobressair especialmente que os países que aplicaram os Programas de Ajustamento Estrutural negociados com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial tem colhido benefícios.

Em resposta, a CEA criticou o relatório, acusando-o de ser baseado numa escolha selectiva de estatísticas e de «não abordar nem os aspectos sociais, nem os aspectos de longo prazo da situação em África — que se explicam por uma falta total de perspectivas em matéria de desenvolvimento»<sup>4</sup>.

Para lá das polémicas, a frieza de alguns dados relativos a África Sub-Sahariana revelam sinais pouco animadores. Por exemplo, o crescimento anual do PIB real/per *capita* entre 1985 e 1988, atingiu os 0.8% , 0.6%, - 0.6% e - 0.4% , enquanto o ratio da dívida externa total sobre as exportações de bens e serviços passou de 271.7 em 1985 para 325.1 em 1987 e, finalmente, para 363 em 1988<sup>5</sup>.

### Os programas de ajustamento económico nos Palop

Curiosamente e no que respeita a este ultimo indicador, no final de 1987 e no conjunto dos 44 países da África Sub-Sahariana membros do FMI, alguns dos Palop situavam-se em posições pouco desejáveis: Moçambique em 1.º lugar (*ratio de* 1726), enquanto a Guiné-Bissau (1500) e São Tomé e Príncipe (873) ocupavam, respectivamente, as 3.ª e 6.ª posições. A Republica de Cabo Verde encontrava-se no 32.º lugar da lista<sup>6</sup>. O que este indicador não consegue traduzir na sua real dimensão são os custos económicos e sociais que desde há vários anos marcam aquelas sociedades. A procura de soluções conduziu a que, a partir de 1983, estes países tivessem, sucessivamente, vindo a adoptar programas de reajustamento e de recuperação económica (excepto Cabo Verde). E esta sequência temporal não deixou de fora nem sequer países com elevadas potencialidades económicas (casos de Angola e Moçambique versus Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), o que pode ser aquilatado pelo Quadro I.

(...)

Daí que os programas de ajustamento e de recuperação económica, para lá da necessária reestruturação do sistema económico, se apresentem como acordos formais funcionando não só como condição necessária às negociações de reescalonamento dessa dívida junto do Clube de Paris, mas também como «garante» para futuros empréstimos contraídos junto de instituições internacionais e organismos privados.

O que o percurso destes países vem confirmar, é que o FMI funciona para os países de baixo rendimento como *lender of first or only resort*<sup>7</sup> enquanto para outros países em vias de desenvolvimento como *tender of last resort*<sup>8</sup>. Os casos da Guiné-Bissau e de Moçambique e a

pretensão de Angola dão claros indícios de que assim é, embora, no caso deste último, ter sido possível efectuar já um pequeno reescalamento nos finais de 1987<sup>9</sup>.

Factores diversos podem ser apontados para explicar as realidades económicas e sociais actuais nestes países: secas e outras calamidades naturais (Guiné-Bissau e Moçambique), queda dos preços das matérias-primas exportadas (São Tomé, Angola e Moçambique), desregulação dos circuitos de comercialização e transporte (em todos os casos), erros de estratégia e política económica (igualmente em todos os casos) ou ainda situações de guerra civil ou de agressão exterior (Angola e Moçambique). Nos programas de recuperação económica que pretendem fazer face às consequências daqueles problemas destaca-se como uma novidade, nomeadamente face a todo o discurso económico anterior, as medidas de liberalização económica propostas. No entanto, esta liberalização deve ser entendida como condição necessária mas está longe de ser a condição suficiente para a recuperação económica. Impõem-se verdadeiras alterações estruturais que devem passar, naturalmente, por outros vectores que não apenas o económico. O que, na verdade, não é tarefa fácil. Antes pelo contrário, esta apresenta-se complexa e enredada numa teia de interesses económicos e políticos que não é possível ignorar, teia essa que determinará em última instância o alcance das mudanças a que se assiste nestas sociedades.

Torna-se difícil aceitar que as medidas de liberalização económica não se repercutam, quer ao nível social, quer ao nível do poder, no aparelho de Estado e nos Partidos. A alteração do anterior sistema económico exigirá modificações profundas nos comportamentos e regras o que, por isso mesmo, irá fazer surgir oposições não só ao nível estritamente económico mas igualmente, e não menos importante, ao nível administrativo, institucional e político.

Desta forma, que reacção esperar da classe burocrático e administrativa fortemente ligada ao poder político-partidário?

Por outro lado, os efeitos de algumas das medidas previstas (desvalorização das moedas nacionais, redução das despesas públicas, despedimentos na função pública, abolição de subsídios a produtos de largo consumo) traduzir-se-ão em custos não apenas económicos mas também sociais e políticos. Estes efeitos tenderão, eventualmente, a criar problemas de coesão social a médio e longo prazo, pelo que se poderá estar perante verdadeiros e delicados testes para os Governos dos Palop.

Do mesmo modo, e numa outra mas não menos importante vertente, com o abandono progressivo de certos princípios ideológicos, é de esperar uma confrontação no interior dos Partidos.

Ao fim de alguns anos de experiência em África — e nos Palop em particular — constata-se que as opções ideológicas sobre os sistemas económicos não constituem um quadro de referência sempre válido para compreender as *performances* económicas e sociais<sup>10</sup>.

Assim, caberá lugar a interrogação sobre o papel da ideologia no desenvolvimento económico nos Palop: após 1980 (na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique) há uma tomada de consciência da impossibilidade de construção do socialismo e a transformação das ideologias em socialismo discursivo e intencional enquanto se procura uma maior integração no mercado mundial<sup>11</sup>.

Poder-se-ia ser levado a pensar que face ao reconhecimento do falhanço na aplicação dos modelos socialistas na Europa e do reconhecimento, por parte das autoridades governamentais dos Palop, do impasse a que as suas sociedades chegaram, que a ideologia e o discurso marxista passassem a ocupar um plano secundário. Não necessariamente. A coexistência entre as alterações no sistema económico e o socialismo discursivo não será nem paradoxal, nem contraditória. Antes, situar-se-á a um nível decisivo — o poder político. Em países com as características e o passado histórico dos países em vias de desenvolvimento, aquela ideologia continua a constituir, talvez, a melhor resposta ao problema da legitimidade e da criação de estruturas rígidas que assegurem a sua autoridade política<sup>12</sup>.

Em resumo: devido a delicadeza e complexidade destes processos nos Palop, análises interpretativas tem surgido e cujo conteúdo central são o realismo (quando as mutações económicas são assumidas, como é o caso da Guiné-Bissau e São Tomé), o pragmatismo (quando se procura *justificar* alterações económicas, onde Angola e Moçambique figuram como exemplos) ou o capitulacionismo (análise de conteúdo mais *ideológico* criticando o abandono das anteriores estratégias económicas e de alianças, apontando-se exemplarmente Angola e Moçambique).

### **O caso da República Popular de Angola**

A persistência e o agravamento dos desequilíbrios económicos internos e externos no período pós-independência, tornaram a economia angolana bastante sensível e vulnerável às mais pequenas oscilações do mercado internacional do petróleo.

Ao longo destes anos, a economia angolana foi incapaz de sair da «armadilha» do petróleo tornando-se tão dependente dele como um qualquer outro país em vias de desenvolvimento exportador de matérias-primas: aquele representa mais de 90% das suas receitas de exportação, cerca de 70% das receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE) e contribuiu, por si só, para cerca de 52.4% do PIB em 1988<sup>13</sup> enquanto em 1986 havia contribuído para 25.7%<sup>14</sup>.

Daí que as fases de expansão/retrocesso da sua economia (medida pela taxa de crescimento média anual do PIB) estejam muito ligadas a evolução do mercado internacional do petróleo. É esta «sincronização de conjuntura» que conduziu a crise económica actual, passados que foram os anos do *boom* petrolífero.

Contudo, seria enveredar por um raciocínio reducionista tentar explicar a situação económica apenas pelas alterações exógenas da economia

internacional. Há que compreender qual a responsabilidade que cabe, por um lado, às estratégias/políticas económicas definidas desde 1977 e por outro, aos factores internos mais relevantes.

### **A definição das estratégias económicas de 1977 a 1985**

Após a independência, três momentos institucionais marcam a definição dos meios e objectivos de desenvolvimento económico-social: o I Congresso do MPLA (Dezembro de 1977), o I Congresso Extraordinário do MPLA/PT (Dezembro de 1980) e o II Congresso do MPLA/PT (1985). Ao longo de todos aqueles anos ir-se-á assistir a rápidas mutações quer no envolvimento económico internacional quer, sobretudo, nas condições internas do país.

Ao nível do discurso económico, podem distinguir-se dois períodos: um primeiro que se pretendia mais voltado para dentro (1977-1983) e um segundo, após 1983, mais orientado para a exportação. Torna-se um pouco difícil balizar estes dois períodos do ponto de vista dos seus resultados, porquanto o papel do sector exportador na economia do país esteve sempre em primeiro plano.

Durante o *primeiro período*, a estratégia económica definida deixava subentendida uma mescla original, espécie de modelo de substituição de importações latino-americano e modelo socialista clássico.

Apostava-se na «diversificação da estrutura produtiva agrícola e industrial»<sup>15</sup>. Ao sector extractivo e em particular ao petróleo, foi atribuído um papel financiador deste processo: «no sector extractivo dar *prioridade ao petróleo, diamantes, ferro... (pois) reúnem as condições capazes de gerar excedente necessário, através da exportação a constituição do fundo de acumulação indispensável para o lançamento da indústria pesada no País*»<sup>16</sup>. Igualmente se apostava na diversificação das exportações para diminuir o grau de dependência externa<sup>17</sup>.

O I Congresso Extraordinário do MPLA (1980) reafirma na sua essência as posições do I Congresso, embora faça duas importantes constatações.

A primeira diz respeito ao fracasso da recuperação económica (diminuindo a produção)<sup>18</sup>. Desta forma «canalizou-se uma grande parte dos recursos cambiais para a aquisição de bens de consumo e matérias-primas para o seu fabrico, em prejuízo de equipamentos e outros meios de produção indispensáveis ao arranque da economia nacional»<sup>19</sup>.

A segunda, refere-se à *situação de guerra*. Contrastando com a menor importância que lhe era atribuída anteriormente, esta passa para primeiro plano: «que se considere a Defesa como sector prioritário (...) harmonizando devidamente o desenvolvimento sócio-económico do País com as exigências da estratégia político-militar»<sup>20</sup>.

A combinação destes dois factores conjugada com o aparecimento de um terceiro factor — a queda do preço do petróleo em 1981/82 — irá despoletar a inversão da estratégia económica e a passagem para uma outra assumidamente orientada para a exportação.

O que formaliza este ponto de viragem e marca o início do *segundo período* é o Plano Global de Emergência em 1983<sup>21</sup>.

Aí é apresentada de forma mais clara a política de austeridade iniciada em 1982. No essencial, o Plano advoga que os recursos financeiros devem ser canalizados prioritariamente, em primeiro lugar, para o *aumento da produção do petróleo/diamantes*; em segundo para o *aumento da oferta de produtos e outros bens para a Defesa*, campo e cidades; em terceiro lugar para o aumento da produção agrícola e, finalmente, para efectuar reabilitações económicas.

O II Congresso do MPLA/PT (1985) vai sancionar esta nova estratégia como forma de garantir os meios financeiros necessários a sobrevivência do aparelho político, administrativo e militar.

Agora já não se pensa em harmonizar Defesa com desenvolvimento económico-social (I Congresso Extraordinário de 1980). Pelo contrário, reconhece-se que «a *política económica* teve de ser reajustada *condicionando-se* aos superiores interesses da *Defesa*»<sup>22</sup>.

Desta forma, «dar prioridade absoluta às necessidades da Defesa do País»<sup>23</sup> surge como o primeiro objectivo para o quinquénio 1986/90. O *sector económico fica completamente subordinado ao sector militar*: «no domínio da prioridade absoluta às necessidades da Defesa do País, (...) a Industria Transformadora deverá prioritariamente produzir e canalizar para a Defesa a sua produção»<sup>24</sup>.

Dar prioridade às relações económicas com o exterior e dinamizar as exportações como factor determinante do equilíbrio da economia nacional<sup>25</sup> aparece em terceiro lugar. O sector dos petróleos é reconhecido como «a *principal fonte de financiamento* ao funcionamento e desenvolvimento da economia do País, (o qual) deverá ser objecto de atenção e prioridade devido ao papel decisivo que lhe cabe no contexto nacional»<sup>26</sup>.

Esta inversão e definição da nova estratégia económica é o reconhecimento de que as *condições internas* (os gastos financeiros e a canalização de recursos económicos e humanos para a Defesa, a impossibilidade de recuperar a agricultura e a indústria, a comercialização e a *rede* de transportes, a incapacidade administrativa) *determinam o que factores externos* (a queda do preço do petróleo) *condicionam*.

Espartilhada entre estes dois factores, a economia angolana tem vivido acompanhada de dois dilemas:

a) quer as receitas de exportação aumentem ou diminuam está sempre presente uma política de austeridade: no primeiro caso, as importações têm tendência a aumentar aproveitando o *boom* ocasional (1980/81), seguindo-se-lhe uma política contraccionista correctora; no segundo caso, obviamente, impõe-se saber administrar os recursos cambiais que escasseiam;

b) se se dá prioridade a Defesa irão escassear os recursos destinados a promoção do desenvolvimento sócio-económico. Se é o caminho inverso



aquele que se deveria seguir, é a segurança do regime que é posta em causa.

Tanto numa como noutra situação é o investimento produtivo que fica prejudicado, isto é, é o próprio desenvolvimento económico que é posto em causa. A influência negativa das despesas militares sobre o ritmo de crescimento económico é uma tendência que veio constantemente a agravar-se e funcionando como factor retardador desta economia<sup>27</sup>.

Como balanço deste período poder-se-á concluir:

- a) uma política nacional de desenvolvimento económico, coerente a médio-longo prazo, nunca existiu;
- b) o papel atribuído a política económica nunca pode ultrapassar os limites estreitos de uma mera gestão conjuntural da economia. Perante a deterioração da situação económica do país (Quadro II), nomeadamente os seus desequilíbrios financeiros, desenha-se cada vez com maior nitidez a redução daquela última a gestão de dois défices: externo e público.

**Quadro II** — Indicadores económicos da R.P. de Angola

	1982	1983	1984	1985	1986
PIB a preços de mercado (Kw 10 <sup>6</sup> )	109.4	126.3	141.6	144.9	132.2
Índice de valores da indústria transformadora (base 100 = 1973)	46	57	56	54	—
Índice de produção agrícola (base 100 = 1979-81, per capita)	96	94	92	88	—
Balança de transacções correntes (milhões de dólares)	-240	-34	-57	-236	-447
Dívida/PIB	64	56	51	55	70
Ratio do serviço da dívida (%)	18.6	20.4	18.1	17.2	31.1

FONTE: EIU (1987, 1988) e Documentos Oficiais angolanos não-especificados (1982-1987)

## **A conjuntura económica actual**

Vários estudos existem sobre a problemática do desenvolvimento em Angola. Tanto Meynes<sup>28</sup> como Bhagavan<sup>29</sup> desenvolvem um trabalho crítico e realista, enquanto num pólo oposto, o economista soviético Fituni<sup>30</sup> parece perfeitamente alheio à realidade angolana: «em 1985 (Angola) efectuou a regeneração da economia nacional»<sup>31</sup> e para isso «a União Soviética e outros países socialistas contribuíram»<sup>32</sup>.

Perante o actual reconhecimento da ineficácia demonstrada pela aplicação do modelo socialista, quer em termos económicos quer sociais, a validade de muitas das «análises» anteriormente efectuadas não passam do que sempre foram, meros meios de propaganda. São piores quando provêm de meios académicos que crêem que os países de «orientação socialista» da África Tropical (Guiné-Conakry, Congo, Tanzânia, Etiópia, Madagáscar, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau)<sup>33</sup>, «constróem uma nova sociedade situando-se fora do sistema mundial do socialismo e permanecendo na dependência do mercado capitalista mundial, o que

cria para eles não poucas dificuldades complementares. E impossível vencê-las sem o apoio da URSS»<sup>34</sup>.

No momento em que as autoridades angolanas elaboraram o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), ou seja, em 1987, os principais condicionalismos anteriores — a guerra e a dependência face ao petróleo — não só persistiam como se haviam agravado. Contudo e para que melhor se compreenda o aparecimento do SEF, dever-se-à acrescentar o surgimento de um novo e não menos decisivo elemento: o peso crescente da dívida externa e a concentração dos encargos do serviço da dívida para o período 1989-91.

a) A relação existente entre a guerra e o desenvolvimento económico é óbvia. A influência daquela nos aspectos macro-económicos do crescimento é reconhecida e o efeito ainda é maior, se a despesa militar tem uma componente elevada de importação, o que implica uma diminuição da parte de bens de equipamento e produtos intermédios para o investimento<sup>35</sup>. O caso de Angola parece ser exemplar.

No entanto, a dimensão destes efeitos não se restringe ao campo económico. Ela é multifacetada e *deve* ser tomada seriamente em consideração. Do ponto de vista regional, erros de política económica nomeadamente junto de populações rurais, podem trazer graves consequências e determinar, em grande medida, a capacidade de expansão e de implantação da oposição armada, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) no caso angolano ou a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) no caso moçambicano<sup>36</sup>. Por outro lado, há que integrar nas análises os custos sociais e humanos (refugiados, mortalidade infantil, analfabetismo, miséria) de forma a permitir uma aproximação global<sup>37</sup>.

Uma interrogação que naturalmente ocorre é a de se saber como é possível sustentar durante anos e anos situações que se deterioram, económica e socialmente, atingindo directamente as populações no seu dia-a-dia. No caso de Angola, o nível, composição e impacto sócio-económico das despesas militares são largamente influenciados por condições internas, nomeadamente a capacidade do Governo e do Partido, quer em ir ao encontro, quer em conter as reivindicações dos cidadãos e o grau em que pode contar com estes últimos no apoio voluntário da sua política<sup>38</sup>. Parece ser claro que uma coisa é estar contra a guerra e outra coisa apoiar o Governo e o Partido, isto é, o MPLA/PT.

b) O trunfo forte da economia angolana tem sido, nas actuais condições, o petróleo.

Apresentado muitas das vezes com exemplo de uma situação paradoxal — suporte financeiro de um regime pró-soviético e explorado por empresas americanas e ocidentais — não parece, no entanto, ser aí que se situa o paradoxo<sup>39</sup>. Encontra-mo-lo no facto de este ser um potencial instrumento de autonomia económica do País e representar o seu oposto.



A dependência angolana face a este produto tem marcado, decisivamente, os ciclos conjunturais em que tem vivido. O exemplo de 1983 (Plano Global de Urgência) e de 1986/87 (surgimento do SEF) são elucidativos. Quando em 1986 se esperaria vir a obter 47 mil milhões de kwanzas de receitas com as actividades petrolíferas, apenas foi possível arrecadar 21 mil milhões<sup>40</sup> em virtude da brusca e drástica queda do preço do petróleo no mercado internacional. A execução do OGE ficou seriamente comprometida.

A incapacidade de prever que o *boom* petrolífero não iria durar eternamente e que medidas cautelares se impunham, explicam a actual crise. É óbvio que esta análise deveria ser mais profunda, integrar a influência da situação militar e questionar ao mesmo tempo o papel do Estado, do poder político e dos interesses dos diferentes grupos sociais. Do ponto de vista das élites urbanas torna-se mais fácil efectuar a gestão deste produto do que enveredar por reformas estruturais (para já não tomar em consideração a *influência* da situação de guerra e, nomeadamente, dos *militares* na definição de todo este processo).

Chegado ao ponto a que chegou, torna-se bastante complexo lidar com a situação. Na Nigéria algo de semelhante aconteceu, onde a ausência de um excedente petrolífero susceptível de ser reciclado tornou o ajustamento estrutural, em 1982, mais lento e mais difícil<sup>41</sup>. Mais recentemente, na Costa do Marfim, os comportamentos e escolhas estratégicas do período de alta conjuntura em 1975/77 (café e cacau) explicam a crise actual, pese embora o efeito da baixa do preço daquelas matérias-primas se ter iniciado em 1978<sup>42</sup>. Por fim, na Argélia, país exportador de petróleo, como Angola, embora já houvesse sido iniciado um processo de revisão da sua política económica no início da década de 80, isto é, antes da queda do preço do petróleo e como forma de precaução futura<sup>43</sup>, tal facto não evitou, porém, a explosão social de Outubro de 1988 e acarretou, em consequência, importantes alterações internas do ponto de vista económico e político.

c) Finalmente, o problema da *dívida externa*.

O agravamento da dívida externa foi o corolário lógico duma situação económica progressivamente degradada a qual, mais cedo ou mais tarde, haveria de fazer sentir as suas repercussões.

Perante a incapacidade de manter ou aumentar os seus níveis de produção industrial e agrícola, a componente importações foi a salvaguarda desta economia. Contudo, tudo tem um limite.

Se numa primeira fase, perante a credibilidade financeira que um país exportador de petróleo pode assegurar, não foi difícil ter acesso a créditos externos para assegurar as importações, a partir do momento em que se tornou problemático manter um excedente financeiro externo, a instabilidade passou para primeiro plano. A obtenção de créditos tornou-se mais difícil ou quando eram possíveis de obter, geralmente significavam reembolso a curto prazo.

O peso do serviço da dívida começa, assim a preocupar as autoridades angolanas, muito embora sem o alarmismo que caracteriza outros países em vias de desenvolvimento. No entanto e na sequência da queda do preço do petróleo em 1986, o Presidente da RP de Angola chama a atenção para o facto de «a redução dos recursos cambiais externos ter conduzido Angola a necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros para assegurar importações e a dívida externa do País aumentou consideravelmente»<sup>44</sup>, acrescentando que o problema está «no piorar do escalonamento temporal da dívida, devido ao aumento no comércio de curto prazo relacionado com aquela dívida»<sup>45</sup>.

Se durante alguns anos foi possível acreditar que era realista construir-se uma «economia de guerra», a queda dos preços de petróleo em 1986 acabou definitivamente com a euforia financeira que alguns sectores alimentavam. O seu resultado óbvio foi o tomar-se consciência da necessidade de um maior controlo sobre a economia: a *política de austeridade financeira* imposta em Março de 1986 é o sinal mais evidente desta nova transformação.

Tornou-se difícil disfarçar, por mais tempo, o impasse económico em que se havia caído.

Em Agosto de 1987, na 8.<sup>a</sup> Reunião Cimeira dos países da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC), reunida em Lusaka, o Relatório Informativo Anual refere, em ponto específico relativo a Angola, que «enfrenta um serviço da dívida crescente e outros problemas de fluxos de capitais» e que a «continuação das actividades de guerra tem-se apropriado antecipadamente, do grosso dos recursos nacionais, deixando muito pouco para o desenvolvimento produtivo e para os serviços sociais». O Relatório termina concluindo que «as perspectivas de crescimento económico são incertas»<sup>46</sup>.

Pela mesma altura, o Presidente da RP de Angola reconhece que «a impossibilidade de garantir os pagamentos provocou uma grande crise financeira e uma depressão económica acentuada»<sup>47</sup>. Assim, em 1986, o montante destinado a importação de bens de consumo foi de 50% relativamente a 1985, a diminuição do nível de importações de bens intermédios foi de 60% (paralisando as empresas por falta de matérias-primas ou manutenção), o défice do OGE aumentou, bem como o valor da dívida externa. O verdadeiro valor desta última é aliás um problema que se mantém em aberto. E assim acontece não apenas porque a sua divulgação pública não é completamente efectuada mas também, surpreendentemente, porque até há bem pouco tempo existia um desconhecimento do total dessa dívida por parte das autoridades monetárias angolanas, quer em termos de credores (países, instituições) quer em termos de montante e maturidade dos empréstimos. Em 1987 foi divulgado que se devia ao estrangeiro mais de 3 mil milhões de dólares, dos quais 75% contraídos para fazer face ao esforço de Defesa do país<sup>48</sup>.

Muito recentemente, já em 1989, o Ministro das Finanças declarava que a dívida externa dever-se-ia situar a volta dos 4 mil milhões de dólares,

assim distribuídos: 2,33 mil milhões com os países ocidentais, 1,483 mil milhões com os países socialistas (parte dela já reescalorada e outra em fase de negociação) e 51,894 milhões de dólares com organismos internacionais. Naquele total, a dívida comercial representava 6,6%, a dívida governamental 10,6% e a dívida assegurada 82,8% (sendo que 25,7% já foi reescalorada com os países credores)<sup>49</sup>.

Uma síntese estatística efectuada a partir de duas fontes, o BIS e a OCDE<sup>50</sup>, permite construir os seguintes Quadros:

**Quadro III — Créditos e não-bancários concedidos à R.P. de Angola (milhões de dólares)**

	Créditos bancários externos	Créditos não-bancários ligados a operações comerciais	Total
Junho de 1986	881	258	1139
Dezembro de 1986	1013	308	1321
Junho de 1987	990	384	1373
Dezembro de 1987	1045	524	1569
Junho de 1988	1009	430	1439
Dezembro de 1988	1048	495	1543

**Quadro IV — Maturidade dos créditos concedidos à R.P. de Angola (em percentagem)**

	Até 1 ano	1-2 anos	>2 anos	s/ definição
Dezembro de 1985	39	9	24	28
Dezembro de 1986	51	15	34	1
Dezembro de 1987	52	15	33	0
Junho de 1988	54	13	33	0
Dezembro de 1988	44	14	42	0

Existe uma aproximação<sup>51</sup> quer dos valores declarados oficialmente quer do período de maturidade dos mesmos. O Quadro 2 mostra que no final de 1985, 39% dos créditos diziam respeito ao curto prazo, situação essa que foi piorando até atingir os 54% em 1987. A sua diminuição para 44% em 1988 *deverá* ser atribuída ao reescalonamento já referido.

Com o problema da elevada concentração dos reembolsos a curto prazo, a estratégia seguida por Angola foi a de procurar negociar a dilatação dos prazos de reembolso, procurando harmonizar isso com a estruturação económica a que se deve submeter<sup>52</sup>.

### **A elaboração do SEF**

É neste ambiente que surge em Agosto de 1987 o SEF e cujo início de aplicação foi previsto para Janeiro de 1988.

Na verdade, o SEF é um programa elaborado pelas autoridades angolanas. Porém, pelas medidas que aí são preconizadas, pela urgente necessidade de meios financeiros externos e do apoio político dos países

ocidentais face à desgastante situação militar, o SEF é, na prática, uma «Carta de Intenções» dirigida ao FMI e ao Banco Mundial aos quais, aliás, o Governo da RP de Angola manifestou logo o seu interesse em aderir. Como disse o então Ministro da Esfera Produtiva «pensamos que o *nosso programa de SEF não é muito diferente das exigências que o FMI e o BM têm feito* quando se trata da filiação de algum país ou da apresentação de propostas para o seu saneamento económico e financeiro. Devo dizer mesmo que o *nosso programa em determinados aspectos é até um pouco mais rígido*»<sup>53</sup>. Neste âmbito, o SEF, para lá do reconhecimento da necessidade de se proceder à reestruturação do sistema económico, pretende ser um «gesto de apaziguamento» para com os países ocidentais e as instituições financeiras internacionais, e resulta da imperiosa necessidade de captar recursos externos: os primeiros, no campo do investimento directo e os segundos, no domínio dos empréstimos e caução para efeitos do reescalamento da dívida, particularmente junto do Clube de Paris.

No domínio dos investimentos directos, exceptuando-se o caso do sector petrolífero, a situação de insegurança no país, a desorganização administrativa, a ruptura da rede de transportes, as restrições cambiais impostas à importação de matérias-primas e produtos intermédios, não têm contribuído para criar um clima de confiança favorável ao acolhimento do investidor estrangeiro. Segundo uma classificação de uma empresa de consultores no que diz respeito ao Risco-País, num total de 60 países em vias de desenvolvimento, Angola posicionava-se na 58ª posição em 1987 quando em 1986 ocupava o 57.º lugar: era-lhe atribuído um risco perigoso<sup>54</sup>.

Quanto à importância dos empréstimos oriundos das principais instituições financeiras multilaterais, o ponto de vista das autoridades angolanas é claro. A associação com esses organismos permite «conseguir encontrar os recursos financeiros necessários para o lançamento do programa de reabilitação... Só com financiamentos que, em regra, são postos a disposição pelo BM poderemos realizar um programa desta natureza»<sup>55</sup>. Torna-se claro que o possível apoio de ambos traduzir-se-á em ganhos de ordem económica e política (enquadra-se neste objectivo a visita efectuada pelo Presidente da RP de Angola a diversos países europeus no segundo semestre de 1987, incluindo a França e Portugal, bem como a dos finais do segundo semestre de 1988, à Índia e à China, países membros do Comité de Adesão de Angola ao FMI e a outros países socialistas da Europa) aproximando Angola da comunidade internacional e suas instituições, e tentando isolar a acção político-diplomática da UNITA.

No entanto, a menos que fortes alterações político-militares e legislativo-institucionais ocorram, as expectativas não deverão ser optimistas. Mas o empenhamento e o esforço desenvolvido pelas autoridades angolanas tem sido notável e parece começar a colher alguns dos frutos dessa acção, embora alguns aspectos contraditórios continuem a marcar a sua diplomacia. No campo económico, pese embora o facto de ainda não

terem sido tomadas medidas fundamentais como sejam a desvalorização do kwanza face ao dólar e o ajustamento macroeconómico dos preços e salários<sup>56</sup>, muitas e importantes medidas já foram aprovadas.

Na III Sessão da Assembleia do Povo, em Março de 1988, foram aprovadas as primeiras leis que passam a constituir o quadro jurídico do SEF: Lei sobre as Empresas Estatais (que revoga a Lei 17/77); Lei sobre os Títulos do Tesouro; Lei sobre os Investimentos Estrangeiros e a Lei sobre a Planificação. Entretanto, a Comissão Permanente da Assembleia do Povo aprovou a nova Lei Cambial (Lei 9/88) e a Lei das Actividades Económicas (Lei 10/88), promulgadas em Junho de 1988. Esta última representa uma verdadeira lei-quadro para o exercício das actividades económicas. Para dar corpo a esta última, o Conselho de Defesa e Segurança aprovou, em Novembro de 1988, os princípios informadores de reestruturação do sistema bancário, dando seguimento a Directiva 5/88 do Bureau Político do MPLA/PT. Aí se prevê criar um Banco central (autoridade monetária), Bancos Comerciais e um Banco de Investimento<sup>57</sup>.

No campo político-diplomático, os anos de 1985/86 parecem marcar o início de uma viragem na política externa, reflexo, aliás, dos problemas devidos à estagnação económica e ao impasse militar em que se mergulhou. Confinada até então à ONU e seus organismos especializados, ao BAD, à Organização Internacional do Café (OIC), ao SADCC ao Movimento dos Países Não-Alinhados ou ao COMECON (com o estatuto de observador desde a XXX Sessão realizada no Verão de 1976 em Berlim), o primeiro passo que Angola deu para romper o seu isolamento é a adesão à Convenção de Lomé, em Abril de 1985. Mais tarde, em Janeiro de 1987, manifesta o desejo de participar nas negociações ao abrigo do Sistema Global de Preferenciais Comerciais, não sem que antes e durante o ano de 1986 se registasse a ida de delegações às reuniões anuais do FMI e BM<sup>58</sup>. Finalmente, após a divulgação do SEF em Agosto de 1987, Angola tornou pública, pela primeira vez, a sua vontade de aderir àquelas duas instituições.

O custo do isolamento do país pelo facto de não ser membro do FMI e do BM começou a ser fortemente sentido. Da mesma forma, por ser pouco activo junto das organizações financeiras internacionais, ficou impedido de ter acesso a créditos bonificados a muito longo prazo.

O pedido de adesão ao FMI e ao BM culmina a sua abertura ao exterior, a que se seguiu um processo atribulado de reconhecimento como membro daquelas instituições. Só em Julho de 1989 obteve luz verde, após terem sido efectuadas três missões do FMI à RPA, e o Comité de Adesão ao FMI (presidido pela Austrália e composto pelos EUA, Sudão, Índia e China) ter proposto favoravelmente Angola à Junta de Governadores. Os EUA mantiveram, no entanto, a sua oposição a este pedido de adesão.

### **O programa do SEF**

Na elaboração deste programa partiu-se do reconhecimento da existência de uma crise económica global e da necessidade de realizar uma reestruturação do sistema económico<sup>59</sup>. Sendo que a principal anomalia que distorce o funcionamento da economia são os «obstáculos financeiros», será então necessário dinamizar um processo que permita alcançar o crescimento económico.

Este processo é previsto desenrolar-se centrado em três vectores: formulação de uma política de alianças (redimensionamento do sector estatal e reenquadramento do sector privado), revisão do sistema de direcção económica e, por fim, o Saneamento Económico e Financeiro<sup>60</sup> (Quadro V). Algumas novidades, não só ao nível do discurso como de certas medidas, caracterizam o SEF. No entanto, não é uma ideia completamente nova. De facto, já no I Congresso Extraordinário (1980) e sobretudo no II Congresso (1985), a política de alianças e a revisão do sistema de direcção económica tinham sido abordadas.

Se assim é e se finalmente é reconhecida a necessidade de efectuar um saneamento económico e financeiro como ponto de partida para o crescimento económico, duas questões podem ser levantadas: porque só agora o SEF? Haverá condições para que ele seja aplicado?



**Quadro V — Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) da R.P. de Angola (1988/1991)**

**Pressupostos e considerandos:**

- O SEF visa «o restabelecimento das condições para a recuperação e expansão da produção interna, condição necessária para a melhoria do nível de vida da população»;
- «o SEF resume-se numa fórmula: trata-se de valorizar o salário»;
- «é incontestável que a política económica falhou neste aspecto primordial, a bitola mesma sancionadora da acção governamental: a elevação do poder de compra não conduziu à melhoria do consumo nem ao incremento da poupança, mas deixou pateticamente a população com somas de numerário»;
- «um SEF exige esforço de concentração de meios... que não poderão conduzir senão ao êxito. Fraquejar perante tal responsabilidade faria a população acreditar que não há saída inteligente para a crise. Se os técnicos envolvidos jogam a sua honorabilidade profissional é bom não perder de vista que o Governo que o assumiu joga por aí a sua credibilidade política».

OBJECTIVOS	MEDIDAS
1) Correção dos desequilíbrios financeiros	
1.ª fase (2 primeiros anos)	
A) Nível Externo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• avaliação da dívida externa;</li> <li>• elaboração de um plano de reescalonamento a fim de consolidar a dívida;</li> <li>• revisão do actual sistema de licenciamento;</li> </ul>
• solvabilidade externa	
B) Nível Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• correcção do desequilíbrio orçamental agindo em 3 vectores <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ reforma fiscal</li> <li>✓ financiamento interno para a Defesa Nacional através de empréstimos obrigatórios</li> <li>✓ canalização dos fundos de origem externa para o investimento interno</li> </ul> </li> <li>• consolidação da dívida pública interna e da dívida das empresas estatais;</li> <li>• autorização do crédito comercial entre empresas;</li> <li>• autorização de emissão directa de obrigações das empresas a particulares;</li> </ul>
• equilíbrio orçamental	
2.ª fase (2 anos seguintes)	
• organização de um mercado financeiro	
2) Reestruturação do sistema económico	
1.ª fase (2 primeiros anos)	
• melhoria do sistema de direcção e gestão da economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• revisão do actual sistema de direcção da economia;</li> <li>• alteração dos mecanismos de investimento;</li> <li>• actualização do sistema de preços;</li> <li>• modificação da política salarial (autonomia das empresas)</li> <li>• alteração da legislação sobre condicionamento industrial;</li> <li>• alteração da lei sobre Investimento Estrangeiro;</li> <li>• revisão da lei cambial e da taxa de câmbio;</li> <li>• desenvolvimento da reforma do sistema bancário;</li> </ul>
2.ª fase (2 anos seguintes)	
• crescimento económico (anulação dos obstáculos ao aumento da produtividade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• dar uma maior autonomia às empresas (nos preços);</li> <li>• passagem da selectividade do crédito para a taxa de juro;</li> <li>• desvalorização deslizando para aumentar as exportações;</li> <li>• ligação entre aumentos salariais e produtividade;</li> </ul>

## A oportunidade e os custos sociais e económicos do SEF

Quanto à primeira interrogação, a não ter existido uma *queda tão brusca e persistente do preço do petróleo e um agravamento progressivo da situação militar*, o SEF não teria surgido tão cedo. A euforia financeira vivida à sombra do petróleo permitiria continuar a ocultar a verdadeira dimensão do descalabro económico e social para onde o país caminhava. Deste modo, a «flexibilidade» demonstrada por Angola com aquela «Carta de Intenções», mais do que traduzir um novo posicionamento «estrutural», representa (*pelo menos por agora*) uma nuance conjuntural, cujo significado económico e político já atrás foi referido.

Quanto à segunda interrogação: em primeiro lugar, atente-se nos *considerandos e pressupostos do SEF*. Desde logo é significativo o facto de se omitir a necessidade de pôr cobro à guerra como condição indispensável para se criarem as condições conducentes às reformas económicas e ao desenvolvimento económico. A apologia de uma «economia de guerra» manteve-se. E isto tanto mais surpreendente se torna quanto é reconhecido o papel da situação militar na paralisação e desgaste da economia do país.

A manter-se esta última situação, a ligação campo/cidade continuará a ser um mero *slogan* político, a comercialização e o transporte impossibilitados de operarem, as restrições cambiais manter-se-ão e o investimento produtivo, público e estrangeiro, continuará a ser insuficiente. Em segundo lugar, quanto às *medidas preconizadas*, é justo dizer-se que há uma dose de franqueza na identificação e manifestação dos problemas económicos. Do mesmo modo, grande número de medidas surpreendem face a todo o discurso dos anos anteriores.

É correcta e necessária a elaboração de um plano de reescalonamento da dívida e a desvalorização do kwanza, bem como a revisão do sistema de licenciamento, os mecanismos de investimento, a actualização do sistema de preços, as alterações da legislação sobre condicionamento industrial ou a maior autonomia das empresas na fixação dos preços. Da mesma forma, é necessário efectuar uma reforma fiscal já que o actual sistema é complexo, de contornos indefinidos, ineficaz, insuficiente, relativamente injusto e permissivo<sup>61</sup>.

Alguns problemas se levantam, no entanto, à aplicação destas medidas. Por exemplo, se a procura do equilíbrio orçamental é desejável não parece, porém, que seja unicamente pelo lado das receitas que este será atingido. Não é a reforma fiscal, o lançamento de empréstimos obrigatórios ou de títulos do Tesouro que o conseguirá, *mantendo-se o quadro da situação militar inalterável*.

Em 1984, os impostos perfaziam 69.7% das receitas do OGE, sendo que 80% delas provinham da actividade de exploração petrolífera e apenas 5% do imposto sobre o rendimento (que inclui o imposto sobre o rendimento do trabalho, imposto industrial de exploração agrícola)<sup>62</sup>. Como é possível que

aquelas medidas consigam fazer pender a balança das receitas fiscais tão favoravelmente que contribuam decisivamente para o equilíbrio orçamental? Numa outra medida prevista — a contenção e racionalização das despesas publicas — é previsto não só acabar com determinados subsídios a produtos de consumo, como efectuar o despedimento de funcionários considerados excedentários. Os custos sociais deste ajustamento far-se-ão sentir de imediato.

Por outro lado, o conflito de objectivos da política económica pode ser ajuizado ao se considerar que na reforma fiscal a introdução de impostos progressivos e selectivos sobre o rendimento, associada à imposição de empréstimos obrigatórios para o esforço de defesa nacional, contribuirá para uma perda do salário nominal. Do mesmo modo, a utilização da desvalorização como forma de onerar as importações (onde a componente importação de bens consumidos pela população e das matérias-primas e produtos intermédios necessários à laboração fabril é bastante elevada), quer para diminuí-las, quer para promover as exportações, repercutir-se-á no consumidor traduzindo-se numa perda do seu salário real.

A respeito desta ultima questão, é duvidoso que se consigam dinamizar as exportações mantendo-se o estrangulamento do lado da oferta, isto é, da sua capacidade produtiva, enquanto as importações não poderão baixar a partir de certo limite, dada a estrutura da procura ser bastante rígida (perante a incapacidade de aumentar a produção nacional).

A anunciada desvalorização de 200% do kwanza face ao dólar, dividida em duas fases e com o objectivo de conter a curto prazo a procura interna e corrigir o desequilíbrio cambial, conduzirá por consequência a que os preços correlacionados com essa desvalorização terão um aumento médio de 44%, enquanto o Fundo Salarial aumentará apenas 20%<sup>63</sup>.

Com estes exemplos, pretende-se apenas fazer evidenciar a coexistência de efeitos opostos nas medidas previstas: de um lado, a necessidade de proceder a correcção de desequilíbrios macro-económicos e, por outro, os seus efeitos económicos e sociais. E esta questão é verdadeiramente delicada.

### **O optimismo e a justificação interna da nova situação**

Com a difusão do SEF e a declaração de intenção de pedir a adesão ao FMI, em 1987, a população terá sido apanhada de surpresa. A conjugação simultânea da perplexidade e de algum entusiasmo marcaram as reacções.

A perspectiva de abertura económica (e eventualmente política) animaram a opinião publica. Criou-se, então, um momento talvez único: a possibilidade de, à sombra do SEF, se falar e discutir mais abertamente sobre os problemas reais do país. Mas tudo tem os seus limites e em Março de 1988, dois dos principais membros do Secretariado Técnico do SEF foram afastados, acusados de desvios, isto é, de pretenderem ir longe de

mais<sup>64</sup>. A linha ideológica mais conservadora do Partido exigia contrapartidas.

Durante estes 2 anos, um enorme esforço foi efectuado para esclarecimento do SEF. Difundi-se a ideia segundo a qual este Programa iria resolver rapidamente os problemas básicos da população e do país. Justificou-se que, quer o SEF, quer a adesão ao FMI, não significavam

o desvio dos objectivos últimos do MPLA/PT. Antes pelo contrário, o primeiro iria permitir «criar condições para a recuperação económica e racionalizar o desenvolvimento rumo ao socialismo»<sup>65</sup>, enquanto a «eventual adesão ao FMI não impedirá o aprofundamento das relações de Angola com o CAME»<sup>66</sup>.

Um primeiro sinal de reconhecimento do quanto é perigoso identificar o SEF como panaceia imediata para todos os males da economia angolana, é dado com o aparecimento de afirmações segundo as quais a campanha de esclarecimento não foi bem orientada na fase inicial. Por essa razão, criou-se a falsa expectativa de que o SEF traria a solução imediata dos graves problemas económicos<sup>67</sup>. Torna-se evidente que um dos considerandos insertos no SEF para qual espada de Damócles: o Governo que o assuma joga aí a sua credibilidade política.

Contudo, em 1988, o optimismo era grande e assentava em pressupostos que se acreditava poderem alterar o cenário político, militar e económico, no país e na África Austral:

*a) na vertente externa*

— *do ponto de vista político-económico*: a aceitação por parte do FMI da candidatura angolana (permitiria por fim ao isolamento do país nas organizações internacionais e criar condições para o reescalonamento da dívida externa) ;

— *do ponto de vista político-diplomático*: a possível eleição do democrata Dukakis como Presidente dos EUA, poderia significar uma alteração no posicionamento deste país face a Angola — reconhecendo diplomaticamente a RPA, pondo fim ao apoio a UNITA e demarcando-se da África do Sul;

*b) na vertente interna*:

— isolamento da UNITA (e de forma indirecta, da África do Sul), após a derrota militar na ofensiva sobre o Kuito Kuanavale em 23 de Agosto de 1988, o que alterou, em certa medida, o quadro militar na região.

O que se passou em seguida não confirmou aqueles cenários.

No entanto e relativamente ao ultimo pressuposto, Angola terá marcado pontos extremamente importantes coma assinatura, a 22 de Dezembro de 1988, do Acordo Quadripartido de Nova Iorque. Este evento é, aliás, o culminar de uma ofensiva politico-diplomática, iniciada em Março de 1988 com a apresentação ao Departamento de Estado norte-americano de uma proposta para a retirada total das tropas cubanas em quatro anos

e a aplicação da Resolução 435/78 da ONU. Após a aceitação da África do Sul em participar nessas negociações em Abril (imediatamente a seguir a Kuito Kuanavale), seguiram-se a reunião do Cairo (24/26 de Junho), o Acordo de 14 pontos de Nova Iorque (20 de Julho) e, finalmente, o cessar-fogo entre Angola e África do Sul previsto no Acordo de Genebra (2/5 de Agosto), na sequência da cimeira de Maio entre o presidente americano Ronald Reagan e o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachev.

Só durante 1989 e muito recentemente, alguns daqueles pressupostos começam a verificar-se: em primeiro lugar, com a aceitação de Angola como membro oficial do FMI, em Setembro de 1989<sup>68</sup>; em segundo lugar, com o reescalonamento, a 21 de Julho de 1989, de parte da sua dívida pública e garantida junto dos seus credores ocidentais agrupados no Clube de Paris<sup>69</sup>; e, em terceiro lugar, com o Acordo da Cimeira de Gbadolite, realizada no Zaire a 22 de Junho, onde foi estabelecido um cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA. Embora se esteja bem longe do isolamento da UNITA — antes pelo contrário, é o seu reconhecimento oficial enquanto oposição — o acordo pode representar a possibilidade de se estabilizar militarmente o país.

O que todo este último processo negocial demonstra — a mediação de Mobutu no conflito interno de Angola, impensável ainda há alguns meses atrás<sup>70</sup>; o contacto negocial directo com a UNITA, reconhecendo-se-lhe, implicitamente, o estatuto de organização opositora<sup>71</sup> e a aceitação, no discurso do MPLA/PT, de uma política de diálogo, clemência e harmonização nacional<sup>72</sup>, anteriormente formuladas pela UNITA<sup>73</sup> — é que se está bem longe de se assistir ao final sinuoso do processo político em Angola<sup>74</sup>. Nesta fase, cada declaração será seguida de um desmentido e a cada acto seguir-se-á uma represália.

### **Factores condicionantes da aplicação do SEF**

A mutação constante dos cenários e pressupostos de actuação, tem atrasado a aplicação do SEF.

A elaboração do Plano Bienal de Recuperação Económica (1989/90)<sup>75</sup>, previsto como primeira fase de aplicação do Programa, procurou definir medidas concretas de que se destacam o ajustamento no mercado financeiro (renegociação da dívida externa, emissão de títulos de média e longa maturidade e títulos de reajustamento)<sup>76</sup> e quanto à política de relançamento da produção (definindo uma escala de três prioridades para os investimentos)<sup>77</sup>.

A verdade é que, actualmente, todo o processo está temporalmente comprometido. Assim, considera-se já que o período de 3 anos estabelecido para o Programa não é realista e que, talvez em 1991, se começarão a alcançar os principais índices fixados<sup>78</sup>.

Desta forma, torna-se fácil aceitar que diversas condicionantes envolverão o SEF, não só do ponto de vista da sua exequibilidade prática

mas também dos problemas que arrastará e do envolvimento internacional.

Sem pretensão de hierarquizar essas condicionantes, dever-se-á destacar:

a) a incerteza e morosidade na obtenção dos elevados recursos financeiros necessários a implementação do Programa, quer junto das instituições financeiras internacionais, quer junto de credores oficiais;

b) as condições que se conseguirem obter no futuro reescalonamento da dívida externa junto do Clube de Paris;

c) a forma como irá evoluir a situação de guerra. A sua manutenção significará a contínua canalização dos recursos económicos e humanos para a defesa em detrimento do desenvolvimento socio-económico;

d) a evolução do mercado internacional do petróleo. No caso de se vir a assistir a uma subida do seu preço, é necessário saber controlar os gastos públicos (objectivo do SEF)<sup>79</sup>;

e) a acção do SEF, centrada excessivamente na limitação da procura, omitirá o verdadeiro problema que é colocado pela oferta insuficiente de bens e pelos estrangulamentos na produção, transporte e distribuição;

f) perante uma estrutura rígida na procura de importações e uma capacidade limitada no aumento da oferta nacional, a política de desvalorização do kwanza poderá não atingir os resultados desejáveis;

g) uma atenção excessivamente preocupada no equilíbrio da balança de pagamentos poderá distorcer (ainda mais) o sistema produtivo, satisfazendo a procura externa ao invés de ir ao encontro das condições de um *self-reliant development*. O exemplo do Zaire é, neste campo, paradigmático<sup>80</sup>;

h) o problema das medidas de política económica e as suas implicações sociais: os efeitos sobre a distribuição do rendimento, o desemprego e o aumento do custo de vida (produtos importados mais caros, abolição dos subsídios a produtos de grande consumo, aumento da carga fiscal). As consequências sociais que daí podem derivar não são menores, como o atestam as experiências de ajustamento económico recentes na Zâmbia<sup>81</sup> ou na Serra Leoa<sup>82</sup>;

i) a capacidade administrativa e institucional para aplicar o SEF implicam alterações institucionais, legislativas e comportamentais para as quais a administração pública não está preparada nem, por vezes, interessada<sup>83</sup>;

j) o papel dos grupos de interesse na execução do SEF. É de esperar uma resistência política por parte das classes urbanas, as quais, tendo um acesso mais fácil aos serviços públicos e bens subsidiados, são as mais afectadas com as restrições<sup>84</sup>. No caso de Angola «o confronto entre concepções 'alternativas' de mercado e plano não é um debate puramente ideológico mas um confronto de interesses, forças e projectos políticos distintos»<sup>85</sup>. Por outro lado e conforme nota Shams «the resistance (to the planned liberalisation) can provoke any final expression in administrative incompetence, incomplete implementation of the programme or inconsistent measures taken under pressure from



interest groups. *In the interests of remaining in power, the ruling group may even cancel the programme completely*»<sup>86</sup>;

k) a forma como irá decorrer o conflito político-ideológico no seio do MPLA/PT, não só *entre* as tendências defensoras do SEF e de aproximação ao Ocidente e as suas opositoras, como também entre as que advogam conversações para a resolução do conflito militar e as que recusam tal via. Neste sentido, dever-se-á dar a atenção devida ao peso dos militares na definição da estratégia política seguida por Angola e não apenas aos políticos *tout court*;

l) a forma como irá decorrer o próximo Congresso do MPLA/PT, em 1990, o qual poderá ser decisivo quanto a mudanças substanciais, traduzindo as alterações entretanto ocorridas a nível interno, regional e internacional;

m) finalmente, a situação regional. A evolução do acordo de Gbadolite, os resultados das eleições no processo de independência da Namíbia (1 de Dezembro), a retirada das tropas cubanas, a estratégia de aproximação da África do Sul aos países da África Austral e o resultado das suas eleições internas (6 de Setembro) bem como a política de suporte militar e diplomático dos EUA e da URSS na zona.

## Conclusão

São muitos e diversos os condicionalismos internos e externos que envolvem o SEF.

Interesses económicos, políticos e sociais estão em jogo. É impensável qualquer desenvolvimento socio-económico coerente enquanto a instabilidade politico-militar vigorar. O fim da guerra constitui uma condição necessária mas de modo algum suficiente para o desenvolvimento económico.

As mudanças que se desenham no sistema económico certamente mexerão com interesses de grupos. Mas, para além disso, repercutir-se-ão inevitavelmente a nível político. A liberalização da economia, a adesão ao FMI, traduzir-se-ão num retomar explícito da economia de mercado assistindo-se, paralelamente, a um «socialismo discursivo» cujo sentido deve ser entendido sobretudo no plano interno.

## NOTAS

<sup>1</sup> Adebayo Adedeji, «Evaluation de l'Economie Africaine en 1987 et Perspectives pour 1988.» *Marchés Tropicaux*, 12 de Fevereiro de 1988. Adedeji é o Secretário-Geral- Adjunto da ONU e o Secretário Executivo da Comissão Económica para África.

<sup>2</sup> BAD, African Development Report 1989, in *IMF Survey*, 26 de Junho de 1989.

<sup>3</sup> BM/PNUD, *L'Ajustement et la Croissance en Afrique pendant les années 1980*, 6 de Março de 1989.

<sup>4</sup> CEA, Statistiques et politiques — les observations de la CEA, *Le Courrier*, 116, Julho-Agosto de 1989.

<sup>5</sup> Cf. *IMF Survey*, Vol. 17, Suplemento, Junho de 1988 *IMF Survey*, 26 de Junho de 1989.

<sup>6</sup> Cf. *IMF Survey*, Vol. 17, Suplemento, Junho de 1988.

<sup>7</sup> A. Schoenholtz, «The IMF in Africa: Unnecessary and Undesirable Western Restraints of Development.», *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 25, 3, 1987, pp. 403-433.

<sup>8</sup> A. Schoenholtz, op. cit.

<sup>9</sup> Moçambique negociou o reescalonamento da sua dívida externa no Clube de Paris a 25 de Outubro de 1984 (283 milhões de dólares) e a 16 de Junho de 1987 (361 milhões de dólares) tendo ainda neste ano reescalonado uma dívida de 140 milhões de dólares junto da banca comercial. No caso da Guiné-Bissau, foi efectuado um reescalonamento a 27 de Outubro de 1987 (25 milhões de dólares). Quanto a Angola, foi possível efectuar um reescalonamento de 350 milhões de dólares a 30 de Novembro de 1987 e que envolveu 9 países europeus, nomeadamente, França, Inglaterra, Suécia, Bélgica, Holanda, Espanha e Itália. Em 1988 efectuaram-se diligências bilaterais com o Japão e Brasil.

<sup>10</sup> A este propósito ver, por exemplo, René Lemarchand, «Quelle Indépendance?» *Le Mois en Afrique*, Fevereiro/Março, 1983 ou ainda Maktar Diouf, *Systèmes Economiques et Politiques de Développement en Afrique* ou Sud du Sahara, comunicação apresentada na Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na África Sub-Sahariana, Lisboa, 26-28 de Novembro de 1987.

<sup>11</sup> Carlos Lopes, «A erosão do ideal socialista nos movimentos de libertação nacional em África», *Economia e Socialismo*, n.º 69/70, Dezembro de 1986, Lisboa, pp. 95-107. O autor é Director do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) na Guiné-Bissau.

<sup>12</sup> Henry Kissinger, citado por Peter Schole-Latour, *Mort sur le Grand Fleuve (du Congo au Zaïre, Chronique d'une Indépendance)*, Paris, Presses de la Cité, 1988.

<sup>13</sup> Cf. o semanário *África*, 23 de Agosto de 1989, Lisboa. Este valor foi referido pelo Presidente da RPA, José Eduardo dos Santos, durante a abertura de uma reunião da Assembleia do Povo em Agosto de 1989.

<sup>14</sup> *Programa de Saneamento Económico e Financeiro (PSEF)*, mimeo., 1987, Luanda, pp. 93.

<sup>15</sup> *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da R.P. Angola (1978/80)*, 1 Congresso do MPLA, Dezembro de 1977, Luanda, Departamento de Informação e Propaganda do MPLA, pp. 49-58.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>18</sup> De acordo com o *Relatório do CC ao 1 Congresso Extraordinário do MPLA/PT (1980)*, «em 1979 a produção mercantil controlada pelo Estado não permitiu a satisfação senão de 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de 15% das necessidades da indústria em matérias-primas». Cf. *Relatório do CC ao 1 Congresso Extraordinário do MPLA-PT*, Luanda, Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, 1980, p. 76.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 83. Aí pode igualmente ler-se que «em 1979 a parte dos produtos de consumo e matérias-primas para a sua produção no volume total de importações foi de 70%», *ibid.*, p. 79.

<sup>20</sup> *Sobre as Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o Período de 1981-85*, Congresso Extraordinário do MPLA/PT, Luanda, Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, 1980, p. 43.

<sup>21</sup> O Plano Global de Emergência foi elaborado durante a 9.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Reuniões do CC do MPLA/PT, realizadas a 18 e 19 de Fevereiro de 1983 e ratificado na 7.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia do Povo a 23 de Fevereiro de 1983.

<sup>22</sup> *Projecto Tese: Desenvolvimento da Produção Material*, II Congresso do MPLA/PT, Luanda, Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, 1985, p. 4.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 4-6.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 4-5. Esta produção diz respeito a «bens alimentares, bens de higiene, tabaco, bebidas, vestuário e calçado, cobertores, colchões, etc., bem como satisfazer as necessidades da Defesa em equipamentos de transporte rodoviário e marítimo, materiais para construção de infraestruturas militares, equipamentos para aquartelamentos e outros bens de consumo duradouros e a respectiva assistência pós-venda.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 7-9.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>27</sup> De acordo com documentos do Banco Nacional de Angola citados pelo The Economist Intelligence Unit, *Country Profile — Angola*, Londres, Julho de 1986, e o *Programa de Saneamento Económico e Financeiro (PSEF)*, Luanda, 1987, a relação entre despesas orçamentais destinadas para a Defesa e Segurança por um lado, e as destinadas ao Desenvolvimento Económico por outro, foi de 129 em 1983 e 134 e 146 em 1984 e 1985, respectivamente. Em 1986 cerca de 40% do OGE destinava-se à defesa.

<sup>28</sup> Peter Meynes, «O Desenvolvimento da Economia Angolana a Partir da Independência: Problemas de Reconstrução Nacional», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 2, 1984, pp. 121-161.

<sup>29</sup> M. R. Bhagavan, *Angola's Political Economy 1975-1985*, Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, 1986.

<sup>30</sup> L.L. Fituni, *Angola: Natureza, População e Economia*, Moscovo, Progresso, 1985, pp. 261.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 248.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 250.

<sup>33</sup> Nikolai Gavrilov, «O Desenvolvimento das Relações com os Países de Orientação Socialista da África Tropical», p. 47, *URSS e África*, Academia das Ciências da URSS, África: Investigações dos Cientistas Soviéticos, Moscovo, 1982, pp. 193.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>35</sup> A. Mayzels, e M. Nissanke, «The Determinants of Military Expenditure in Developing Countries», *World Development*, Vol. 14, 9, 1986, pp. 1125-1140. No mesmo sentido ver igualmente E. Dommen e A. Maizeis, «The Military Burden in Developing Countries», *The Journal of Modern African Studies*, vol. 26, 3, 1988, pp. 377-401.

<sup>36</sup> C. Geffray, M. e M. Pederson, «Nampule en Guerre», *Politique Africaine*, 89, 1988, pp. 28-41 ou ainda dos mesmos autores, «Sobre a Guerra na Província de Nampula. Elementos de Análise e Hipóteses Sobre as Determinações e Consequências Sócio-Económicas Locais», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4/5, 1986, pp. 303-318. De acordo com estes autores, os erros cometidos na deslocação das populações moçambicanas para as aldeias

comunais e a consequente deestruturação social e económica local «determinam a capacidade de expansão e de implantação da Renamo na província de Nampula».

<sup>37</sup> Reginald Green, «Killing the Dream: the Political and the Human Economy of War in Sub-Saharan Africa», *Discussion Paper*, 238, Institute of Development Studies, Novembro de 1987, Sussex, pp. 54. O autor ensaia uma «aproximação global» servindo-se dos casos de Angola e Moçambique, em particular.

<sup>38</sup> Robert Looney, «Military Expenditures and Socio-Economic Development in África: a Summary of Recent Empirical Research», *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 26, 2, 1988, pp. 319-325.

<sup>39</sup> Sobre as determinantes político-económicas do investimento directo estrangeiro e os empréstimos financeiros ver, entre outros, Bruno Fey, *International Political Economy*, Londres, Blackwell, 1984, pp. 183.

<sup>40</sup> Programa de Saneamento Económico e Financeiro (PSEF), *op. cit.*, p. 47, 1987.

<sup>41</sup> Hawkins, «Les Difficultés Economiques du Nigeria a la Suite de la Baisse des Prix du Pétrole», *Problèmes Economiques*, 1820, Abril de 1983.

<sup>42</sup> J.P. Foiry, «L'Évolution Conjoncturelle de la Côte d'Ivoire de 1980 a 1985: Quelques Facteurs Explicatifs de la Crise Actuelle», *Le Mois en Afrique*, Abril/Maio de 1986.

<sup>43</sup> A. Siabdelhadi e Reginald Green, «Strategic Adjustment and Stabilisation in a Hydrocarbon Exporter: the Case of Algeria», *IDS Bulletin*, Vol.19, 1, 1988, Sussex, pp. 61-66. Segundo afirmam os autores «the crisis (1981/82) provided an occasion to press some of the measures faster and further, but did not lead to strategic shifts» (p.66).

<sup>44</sup> The Economist Intelligence Unit (EIU), *Country Report — Angola*, 1, Londres, 1987, p. 13.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>46</sup> *SADCC Energy*, 16, Luanda, 1987.

<sup>47</sup> *PSEF, op.cit.*, discurso do Presidente José Eduardo dos Santos na abertura do 1.º Seminário Nacional sobre o SEF.

<sup>48</sup> *PSEF, op.cit.*, p. 33.

<sup>49</sup> *Comércio Externo*, 10, Março/Junho de 1989, Luanda, entrevista do Ministro das Finanças da R.P. Angola, Augusto de Matos, à Rádio Nacional de Angola.

<sup>50</sup> Bank for International Settlements (BIS), *The Maturity and Sectoral Distribution of International Bank Lending*, Julho 1986, Julho 1987, Janeiro 1989 e Julho 1989, Basileia; Organization for Economic and Cooperation Development (OECD) e BIS, *Statistics on External Indebtedness*, Paris — Basileia, Janeiro de 1988, Julho de 1988, Janeiro de 1989 e Julho de 1989. A elaboração destas estatísticas é feita a partir das informações fornecidas pelos 22 países da OECD e, no caso do BIS, dos mesmos países excepto Austrália, Grécia e Nova Zelândia e incluindo adicionalmente os centros financeiros das Bahamas, Barém, Ilhas Caimão, Hong Kong, Antilhas holandesas e Singapura. Tanto num como noutro caso, não se incluem os valores referentes à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e empréstimos das instituições financeiras multilaterais.

<sup>51</sup> Deve notar-se que a diferença no valor total, nomeadamente face aos países ocidentais, se explica pela falta de inclusão de alguns países nas estatísticas do BIS e OECD, particularmente o Brasil.

<sup>52</sup> *PSEF, op. cit.*, discurso do Presidente José Eduardo dos Santos, p. 12.

<sup>53</sup> *Jornal de Angola*, 21 de Agosto de 1987, entrevista do Ministro da Esfera Produtiva, Loy Van-Dunen.

<sup>54</sup> Cf. *Jeune Afrique Economie*, 102, Dezembro de 1987, p. 41.

<sup>55</sup> *Jornal de Angola*, op. cit., 21 de Agosto de 1987.

<sup>56</sup> Cf. *África*, 119, 23 de Agosto de 1989, Lisboa, referindo-se a intervenção do Presidente José Eduardo dos Santos numa sessão da Assembleia do Povo em Agosto de 1989.

<sup>57</sup> *Jornal de Angola*, 30/11/88, Luanda.

<sup>58</sup> *Comércio Externo*, 7, Junho de 1988, Luanda, entrevista com o Governador do Banco Nacional de Angola, António Inácio.

<sup>59</sup> Para lá de questões meramente conjunturais que explicam o seu aparecimento, a não superação de factores de ordem estrutural não podem deixar de ser tomados em consideração. A este propósito, ver no caso Moçambicano, Michael Cahen, «Notes pour une Lecture économique de L'Accord de Nkomati», *Estudos de Economia*, vol. VI, n.º 3, Abril-Junho, 1986, Lisboa, pp. 421-448.

<sup>60</sup> *Saneamento Económico e Financeiro (resumo)*, 1987, Luanda, mimeo., pp.12.

<sup>61</sup> Carlos Santos e Gomes dos Santos, *Diagnóstico do Regime Fiscal da R.P.Angola*, Lisboa, NOEI, 1984, mimeo., pp. 128 e Anexos.

<sup>62</sup> *Ibid.*, pp. 20 e 24.

<sup>63</sup> *Comércio Externo*, 10, Março/Junho, 1989, Luanda, citando declarações do Ministro do Plano, António Henriques da Silva, numa reunião sobre o SEF.

<sup>64</sup> Cf. *Expresso*, 26 de Março de 1988

<sup>65</sup> *Jornal de Angola*, 6 de Novembro de 1988, discurso do Presidente da RPA na visita efectuada a RP da China em Novembro de 1988.

<sup>66</sup> *PSEF*, op. cit., 1987, discurso do Presidente angolano.

<sup>67</sup> Cf. *África*, 119, 23 de Agosto de 1989, Lisboa, citando declarações do Presidente José Eduardo dos Santos na cerimónia de abertura de uma sessão da Assembleia do Povo, Agosto de 1989.

<sup>68</sup> Angola tornou-se, oficialmente, membro do FMI a 19 de Setembro de 1989. A sua quota-parte foi fixada em 145 milhões de OTS.

<sup>69</sup> O reembolso deste reescalamento efectuar-se-á durante um período de 10 anos com o «delay de graça de 6 anos. Note-se que o desbloqueamento deste reescalamento foi efectuado 3 dias após os países membros do FMI terem votado favoravelmente a recomendação do Conselho de Administração do Fundo quanto ao pedido de admissão formulado por Angola.

<sup>70</sup> O *Jornal de Angola* de 20 de Julho de 1988, a propósito da oferta de Mobutu para servir de ponte no conflito interno angolano, inseria uma missiva do Presidente da RPA dirigida a Mobutu, onde este era acusado de estar a cometer uma ingerência grave nos assuntos internos de Angola, a proceder a um acto inamistoso e a enveredar por um precedente perigoso.

<sup>71</sup> O que torna quaisquer declarações políticas efémeras. O Presidente angolano, na abertura da reunião ordinária do Bureau Político do MPLA/PT, referindo-se a aprovação dos princípios do Acordo de Nova Iorque afirmou: «para o povo angolano a UNITA é sinónimo de divisão, terrorismo, sofrimento, luto, dor e traição. E uma mancha na história de Angola que deve ser dissolvida», *Jornal de Angola*, 21 de Julho de 1988.

<sup>72</sup> A política de clemência e harmonização nacional, lançada sobre a forma de Lei no início de 1989, remonta em termos de preparação da opinião pública a 1988. Por exemplo, o Presidente José Eduardo dos Santos fala nela na Zâmbia, em Agosto, aquando da Conferência Nacional do UNIP, cf. *Jornal de Angola*, 20 de

Agosto de 1988. Mais tarde, em Outubro, o Ministro da Defesa, Pedalé, preside ao 1.º Seminário Nacional sobre a Política de Clemência e Harmonização Nacional, cf. *Jornal de Angola*, 9 de Outubro de 1988. Em Novembro, a declaração do Bureau Político sobre o XIII Aniversário da proclamação da Independência Nacional reafirma que «a reconciliação é a política de clemência e harmonização nacional», cf. *Jornal de Angola*, 6 de Novembro de 1988.

<sup>73</sup> Estes volte faces deixarão atónitos alguns observadores menos atentos: «as palavras 'reconciliação', 'convergência', 'Alvor' e 'diálogo', estão em voga no linguajar da propaganda savimbista em Portugal», cf. Cassendo, 14, Dezembro, 1986, Lisboa, revista da Associação de Amizade Portugal-R.P.Angola.

<sup>74</sup> Um pormenor importante prende-se com a visita de Holden Roberto, presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA, a Washington e seu encontro com o Subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, o qual afirmou «Holden Roberto terá um papel a desempenhar no futuro de Angola», cf. *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1989.

<sup>75</sup> *Síntese do Plano de Recuperação Económica a nível global para o Biénio 1989/1990*, Luanda, 1989, 73 pp.

<sup>76</sup> *Jornal de Angola*, 19 de Março de 1989.

<sup>77</sup> *Jornal de Angola*, 26 de Março de 1989.

<sup>78</sup> *África*, 119, 23 de Agosto de 1989, citando o discurso do Presidente angolano na abertura da Assembleia do Povo.

<sup>79</sup> N.B.Tallroth, «Ajustamento Estrutural na Nigéria», *Finanças e Desenvolvimento*, Vol.7, 3, FMI/BM, Setembro de 1987, pp. 20-24, refere este mesmo problema no caso da Nigéria.

<sup>80</sup> A. Schoenholtz. *op.cit.*, 1987.

<sup>81</sup> C. Cloclough, «Zambian Adjustment Strategy — with and without the IMF», *IDS Bulletin*, Vol. 19, 1, 1988, pp. 51-60, Sussex.

<sup>82</sup> R. Longhurst, S. Kamara e J. Mensurah, «Structural Adjustment and Vulnerable Groups in Sierra Leone», *IDS Bulletin*, Vol. 19, 1, 1988, pp. 25-30.

<sup>83</sup> A este respeito é interessante verificar o caso de Moçambique. A propósito da aplicação do PRE, o Presidente moçambicano reconheceu que o aparelho de Estado é um problema «pois é o próprio quem dificulta as iniciativas dos agentes económicos». Discurso proferido na II Sessão da Assembleia Popular, Setembro de 1987, Maputo.

<sup>84</sup> R. Mohs, «Structural Adjustment Programmes in Sub-Saharan África», *Intereconomics*, Vol. 23, 1, 1988, pp. 25-28.

<sup>85</sup> Mário Murteira, «1975-1985: Fim de um Império, Começo de que?», *Economia e Socialismo*, 72/73, 1987, pp. 81-96.

<sup>86</sup> R. Shams, «Adjustment Policy and Interest Groups in Developing Countries», *Intereconomics*, Vol. 23, 2, 1988, pp. 91-94.